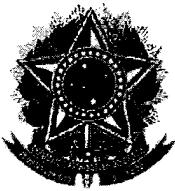


P
EDO-1

MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 10140.720026/2007-10
Recurso nº Voluntário
Resolução nº 2202-000.457 – 2^a Câmara / 2^a Turma Ordinária
Data 12 de março de 2013
Assunto ITR
Recorrente Agropecuária Glimdas Ltda
Recorrida Fazenda Nacional

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por Agropecuária Glimdas Ltda.

RESOLVEM os Membros da 2^a Turma Ordinária da 2^a Câmara da 2^a Seção de Julgamento do CARF, por unanimidade de votos, decidir pela conversão dos autos em diligência nos termos do relatório e voto do relator.

(Assinado digitalmente)

Nelson Mallmann – Presidente

(Assinado digitalmente)

Pedro Anan Junior – Relator

Composição do colegiado: Participaram do presente julgamento os Conselheiros Maria Lúcia Moniz de Aragão Calomino Astorga, Rafael Pandolfo, Antonio Lopo Martinez, Odmir Fernandes, Pedro Anan Júnior e Nelson Mallmann.

Relatório

Contra a interessada supra foi lavrada a Notificação de Lançamento e respectivos demonstrativos de fls. 02 a 05, por meio do qual se exigiu o pagamento do ITR do Exercício 2005, acrescido de juros moratórios e multa de ofício, totalizando o crédito tributário de R\$ 6.804.119,85, relativo ao imóvel rural denominado Fazenda Sete, com área total de 45.173,8 ha., NIRF 4995314-1, localizado no município de Miranda/MS.

Constou da Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal (fls. 03) a citação da fundamentação legal que amparou o lançamento e as seguintes informações, em suma: que, após regularmente intimada, a contribuinte apresentou laudo técnico com informação sobre área de preservação permanente no total de 777,02 ha., de acordo com disposição legal, e mais 19.138,48 ha. com características que não se enquadram na Lei ri.¹ 4.771/65 para ser considerada de preservação permanente, sendo desconsiderado o valor declarado a esse título; e que o laudo de avaliação apresentado pela contribuinte não atendeu às normas da ABNT, NBR 14635, mais precisamente o item 9.2.33, que exige cinco dados de mercados efetivamente utilizados, sendo o valor da terra nua alterado para o valor apurado com base no SIPT — Sistema de Preços de Terra da Receita Federal.

O lançamento do ITR relativo ao Exercício 2005 do imóvel ora tratado foi lavrado inicialmente por meio da Notificação de Lançamento formalizada em 20/09/2006, que foi cancelada por erro de identificação da autoridade tributária nela relacionada, conforme Despacho Decisório de fls. 154, datado 14/03/2007.

A interessada foi cientificada do lançamento anterior em 25/09/2006 (fls. 43) e apresentou a impugnação de fls. 44 a 64 em 25/10/2006, onde, em suma, discordou da glosa da área de preservação permanente buscando demonstrar que a área rejeitada no lançamento de ofício é de várzea, sujeita a inundações constantes por se localizar no Pantanal, não sujeita à tributação, e que, mesmo que não fosse afastada da tributação, não poderia afetar o grau de utilização declarado de 100%, e discordou da rejeição do VTN comprovado por meio de laudo técnico e da alteração do VTN para o valor apurado com base no SIPT.

Cientificada do lançamento retificador em 11/04/2007 (fls. 10), a interessada apresentou a impugnação de fls. 11 a 16, em 14/05/2007, acompanhada dos documentos de fls. 17 a 34, onde argumentou, em suma, o que segue:

Houve ilegal inversão do ônus da prova, pois, de acordo com o disposto no §7º acrescido ao art. 10 da Lei ri.¹ 9.393/1996 pela MP 2.166-67/2001, o contribuinte está dispensado da comprovação prévia das áreas de reserva legal e preservação permanente; foi atendida a intimação para comprovação das áreas de preservação permanente e do VTN declarados e, portanto, não restou comprovado que a declaração não é verdadeira;

A área de preservação permanente é não tributável e, independentemente de quaisquer condições é excluída da área tributável do imóvel, conforme inciso II do art. 10 da Lei ri.¹ 9.393/1996, sendo restrito o direito de propriedade nessa área, conforme artigos 21 e 30 do Código Florestal, assim como a mesma é inaproveitável, devendo retornar o grau de utilização para 100%;

A Certidão do CRI demonstra em seu R-2-7.071, de 23 de abril de 1998, que a interessada adquiriu o imóvel em 02/01/1997, por contrato social registrado na JUCERA, sendo avaliado, com todas as benfeitorias, em R\$ 4.803.420,91, por cisão da Nova Miranda Agropecuária Ltda.; a interessada demonstra em seu balanço os valores contábeis válidos para o dia 31 de dezembro de cada ano, o que se reflete no VTN, conforme comando do art. 8 da Lei nº 9.393/1996, ficando comprovado que é verdadeiro o VTN declarado.

Em razão de a impugnação ter sido apresentada após o decurso do prazo legal, foi lavrado o Termo de Revelia de fls. 160, em 22/08/2007. Analisando os argumentos da impugnação, o Delegado da DRF/Campo Grande/MS indeferiu o pedido de revisão de ofício do lançamento, adotando as razões expedidas no Parecer nº 832/2007, da Sacat daquela DRF (fls. 162 a 165). Cientificada dessa decisão (fls. 166/167), a interessada apresentou pedido de reconsideração (fls. 170 a 182), onde buscou demonstrar que o lançamento em questão já havia sido tempestivamente impugnado antes do cancelamento da Notificação de Lançamento anterior e que tal cancelamento foi desnecessário, por nem sequer ter sido levantado na impugnação. Esse pedido de reconsideração foi indeferido pelo Delegado da DRF/Campo Grande/MS (fls. 184 a 185) e essa DRF prosseguiu na cobrança do crédito tributário (fls. 187).

Inconformada, a interessada impetrou Mandado de Segurança junto à • Justiça Federal, sendo inicialmente negado o pedido de liminar de suspensão da exigibilidade do crédito tributário (fls. 194 a 195). Posteriormente, o juiz singular concedeu a segurança, declarando suspensa a exigibilidade do crédito tributário e determinando a remessa da impugnação à Delegacia da Receita Federal de Julgamento, para apreciação (fls. 213/214).

A Primeira Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Campo Grande – DRJ/CGE, ao analisar a impugnação negou provimento através do acórdão DRJ/CGE 04-18.163, de 17 de julho de 2009, conforme ementa abaixo transcrita:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR

Exercício: 2005

ÁREAS ISENTAS. TRIBUTAÇÃO.

Para a exclusão da tributação sobre áreas de preservação permanente e reserva legal é necessária a comprovação da existência efetiva dessas áreas no imóvel rural e cumprimento de exigências legais.

VALOR DA TERRA NUA.

A base de cálculo do imposto será o valor da terra nua apurado pela fiscalização, como previsto em Lei, se não existir comprovação que justifique reconhecer valor menor.

Devidamente cientificado dessa decisão, o contribuinte apresenta tempestivamente recurso voluntário onde reitera os argumentos da impugnação.

Processo nº 10140.720026/2007-10

Erro! A origem da referência não foi encontrada. n.º 2202-000.457

S2-C2T2

Fl. 259

É o relatório.

VOTO

O recurso é tempestivo e preenche os requisitos de admissibilidade.

Trata-se de lançamento envolvendo glosa de área de preservação permanente e arbitramento do VTN declarado pelo Recorrente.

O VTN foi arbitrado pela autoridade lançadora com base nos dados constantes no SIPT.

Ocorre todavia, que o extrato onde constam as informações que a autoridade lançadora se baseou para arbitrar o valor, não constam nos autos.

Trata-se de documento e informação essencial, para podermos analisar e julgar o presente lançamento.

Desta forma, entendo que o julgamento deve ser convertido em diligência, para que a autoridade preparadora, no caso a DRF de Campo Grande junte aos autos tal documento.

Após a juntada do documento o contribuinte deve ser intimado para no prazo de 15 dias se manifestar.

(Assinado Digitalmente)]

Pedro Anan Junior - Relator